



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 18 | Nº. 34 | Jan./Jun. de 2026

Danielly dos Santos Furtado

Universidade Federal do Ceará / PPGH-UFC.

daniellydsfurtado@gmail.com

DO ISOLAMENTO COMPULSÓRIO À RECONSTRUÇÃO DE SOCIABILIDADES: experiências cotidianas dos internos da Colônia Antônio Diogo na segunda metade do século XX.

RESUMO

O artigo analisa como, mesmo em um contexto de segregação, os internos da Colônia Antônio Diogo no Ceará construíram formas próprias de sociabilidade, controle moral e defesa da honra na segunda metade do século XX. Para isso, foram usadas cartas produzidas pelos próprios internos que denunciavam o comportamento de Manoel Jacinto, um dos guardas da colônia.

Palavras-chave: Sociabilidade; Cotidiano; Leprosia; Vigilância; Colônia Antônio Diogo.

ABSTRACT

This article analyzes how, even within a context of segregation, the inmates of the Antônio Diogo Colony in Ceará constructed their own forms of sociability, moral control, and defense of honor in the second half of the 20th century. To this end, letters produced by the inmates themselves denouncing the behavior of Manoel Jacinto, one of the colony's guards, were used.

Keywords: Sociability; Daily life; Leprosy; Surveillance; Antônio Diogo Colony.

Introdução¹

No acervo do Centro de Convivência Antônio Diogo (CCAD) em Redenção, fundada em 1928 sob a denominação de Colônia Antônio Diogo com o intuito de controlar a endemia de “lepra” no Ceará, existe um conjunto documental que oferece uma janela privilegiada para a análise histórica das práticas e relações cotidianas dos internos que viveram na instituição na segunda metade do século XX.

A análise das subjetividades no interior de instituições de isolamento pode revelar camadas das dinâmicas sociais e das formas de resistência dos sujeitos que habitaram esses espaços que muitas vezes escapam dos registros oficiais. Em vista disso, o presente artigo busca analisar de que maneira a experiência do isolamento compulsório se manifestava nas experiências cotidianas e nas formas de sociabilidade dos internos tomando como ponto central quatro cartas escritas pelos internos da Colônia Antônio Diogo.

O conjunto documental em questão revela que a exclusão social não apagava as normas de conduta dos internos da instituição, mas criava condições para que um grupo, mesmo que isolado da sociedade, produzisse mecanismos de controle, denúncia e manutenção da honra. Nesses documentos, a Colônia, distante de ser um espaço de passividade, é apresentada como um espaço de profunda vigilância mútua, onde a correspondência poderia ser utilizada como instrumento de denúncia, controle moral e defesa da honra.

Nas quatro correspondências se destaca o comportamento de Manoel Jacinto, um guarda da Colônia Antônio Diogo que mesmo sendo casado costumava fazer investidas amorosas em mulheres solteiras e casadas que eram internas na instituição. Tido como uma figura de autoridade pelo cargo que ocupava, os desvios de Jacinto tornaram-se o epicentro de uma crise comunitária na instituição.

Dando início ao ciclo de denúncias do comportamento de Manoel Jacinto, Francisco Martins Oliveira escreveu uma carta no dia 7 de março de 1959, destacando o paralelo entre o cargo de Jacinto e a disciplina esperada dele com o seu “mau exemplo” ao se mostrar “todo metido a conquistador”. Ainda em 1959 mais duas cartas foram enviadas para a gestão da Colônia destacando o comportamento de Jacinto e as consequências da sua conduta na ordem da instituição.

¹ O texto é um desdobramento da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará.

Assinando apenas como “Irmã de São Francisco”, uma interna narra que o “escândalo” perpetrado pelo guarda ao se relacionar “nos escuros” com uma moça que não é a sua esposa interrompe até seus momentos de orações assim como o de outras internas. Já na terceira carta o remetente que assina como “Vosso Servo” pressiona a Madre Superiora por meio do seu escrito para que tome as devidas providências com relação ao comportamento de Jacinto.

Por fim, a carta escrita por M.O.G em outubro de 1960 fecha o ciclo mudando a vigilância para o âmbito doméstico. Na carta endereçada à Sebastião Barboza a remetente o alerta para o fato de sua esposa estar se encontrando com Manoel Jacinto quando ele sai para trabalhar e informa que a traição já era de conhecimento de todos os vizinhos.

No século XX a lepra esteve no centro das políticas sanitárias brasileiras e tinha como principal medida profilática o isolamento compulsório dos doentes e tal medida era reconhecida tanto por declarações médicas quanto por representações sociais profundamente estigmatizantes.

Segundo Maciel (2007), a política de internamento compulsório das pessoas acometidas pela lepra não pode ser entendida exclusivamente como a solução para o problema da doença, uma vez que essa política estava vinculada a uma série de representações sociais enraizadas na sociedade que associavam a doença à deterioração da moral, ameaça à ordem social e perigo de contágio. Diante disso, o internamento nas colônias para além de ser a única medida profilática possível antes da descoberta definitiva da cura, funcionava também como um mecanismo de exclusão que buscava preservar a saúde daqueles considerados “sãos”, por meio do isolamento dos doentes.

No decorrer da política de isolamento compulsório, que foi encerrada no Ceará em 1962, muitas pessoas acometidas pela lepra perderam o contato com suas famílias e deixaram de desempenhar suas atividades profissionais e foram separados de suas redes de sociabilidade. Desse modo, é possível entender que a política isolacionista ocasionou uma espécie de morte social dessas pessoas doentes.

O internamento dos doentes, portanto, não implicava apenas a separação física dos corpos, mas implicava a dissolução simbólica das relações sociais que sustentavam a identidade dos indivíduos. Apesar disso, a vivência nas colônias não pode ser reduzida ao sentido da segregação, uma vez que esses espaços também foram apropriados pelos

internos de maneiras complexas, originando práticas de sociabilidades que ressignificavam o cotidiano dessas instituições.

As cartas demonstram que a despeito das limitações impostas pelas normas da instituição, os internos desenvolveram formas de convivência que incluíam organização coletiva, redes de solidariedade e relações afetivas.

A vida no interior da colônia, inicialmente projetada como um espaço para a exclusão, se tornou, gradualmente, um espaço de convivência e construção de novos laços sociais. A prática epistolar dos internos da Colônia Antônio Diogo se mostra fundamental para a compreensão de como a colônia passou a funcionar não apenas como uma instituição de tratamento, mas também como uma comunidade dotada de organização social própria.

Os escritos em ambientes de confinamento constituem uma das principais estratégias de preservação de vínculos sociais. No caso da colônia, a correspondência não desempenha apenas a simples função de comunicação com familiares e de compartilhamento de experiências, mas constitui uma prática que revela os movimentos do pensamento dos internos (FOUCAULT, 1994). Por meio das cartas é possível acessar a perspectiva daqueles que vivenciaram diretamente o internamento na Colônia Antônio Diogo e nelas emergem narrativas marcadas por sentimentos como amor, raiva, revolta, gratidão, embaraço, denúncias, sofrimento e estratégias de adaptação à vida na colônia.

Desse modo, é possível interpretar as cartas dos internos como um instrumento de reconstrução das suas experiências diante da doença e do isolamento e também como uma forma de ressignificar a sua própria condição a partir dos acontecimentos cotidianos. Recorro, a esta altura, às considerações de Michel Foucault, em *A Escrita de Si* (1994), nas quais ele aponta que a escrita constitui uma prática por meio da qual os sujeitos elaboram sua subjetividade e constroem narrativas sobre si mesmos.

Escrever é, portanto, "se mostrar", se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro. E isso significa que a carta é ao mesmo tempo um olhar que se lança sobre o destinatário (pela missiva que ele recebe, se sente olhado) e uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que lhe é dito sobre si mesmo. A carta prepara de certa forma uma face a face (FOUCAULT, 1994, p.156).

Nessa perspectiva, a escrita representava para os internos uma possibilidade de transformar sua realidade em um contexto marcado pela perda de autonomia. Ainda que estivessem inseridos em um regime de segregação, eles encontravam na prática epistolar um espaço de expressão individual e construção de sentido. Além disso, a

prática epistolar contribuía para a construção de sociabilidades no interior da colônia dado que a escrita das cartas e a leitura por vezes necessitava da mediação de outros internos alfabetizados, o que criava um cenário de interação e práticas de solidariedade.

A investigação dessas correspondências produzidas pelos internos da Colônia Antônio Diogo permite lançar um novo olhar sobre como o internamento originou novas formas de convivência e identidade coletiva. As cartas revelam como indivíduos submetidos a uma política de segregação foram capazes de reconstruir vínculos afetivos, elaborar narrativas sobre suas experiências e participar ativamente da construção de uma sociabilidade própria no interior da instituição.

“Dar má exemplo”: moralidade e poder

Francisco Martins de Oliveira, em carta destinada a Madre Superiora da Colônia Antônio Diogo, denuncia o comportamento de Manoel Jacinto, informando que este era casado e fica “todo metido a conquistador todo apaixonado”². Logo nas primeiras linhas, o autor apresenta uma justificativa para o motivo da correspondência, explica que não tem o costume de corresponder com a administração sobre nenhum assunto, o que nos leva a deduzir que seu escrito nasce a partir de um incômodo extremo. O incômodo em questão está diretamente relacionado ao comportamento de Manoel Jacinto, que Francisco acusa de agir como “conquistador” a despeito de ser casado.

Escrita na Colônia Antônio Diogo e datada de 7 de março de 1959, a carta de Francisco Martins Oliveira foge às regras do sistema convencional de escrita da língua portuguesa. Apesar disso, Francisco apresenta uma caligrafia cuidadosa, como se tivesse escrito com calma, fosse pela falta de costume de se corresponder, como ele menciona, ou pelo fato de a carta ser endereçada à Madre Superiora: “Não são de hábito meu de corresponder, com administração para tratar de assunto, de espécie alguma. [...] E muito especialmente, para dar denuncia de ninguém”. Em todo caso, a ortografia irregular e as frases simples sugerem que Francisco possuía formação educacional incompleta.

Na carta, o tema central é a denúncia que surge no contexto da vida particular da instituição, ele assinala que

“[...] tomo aliberdade, de levar, ao vosso conhecimento, algo a o diz, respeito o que está se passando, aqui dentro, O que a Senhora, fez, pensando, uma coisa

² OLIVEIRA, Francisco Martins. [Correspondência]. Destinatário: Madre Superiora. Laboratório Acervo Documental do Centro de Convivência Antônio Diogo. Estante 8: Caixa 31 - Ficha de Identificação nº2009.

e é outra diferente, Irmã! É isto aguardo, que a Sra. tornou a criar, na Colonia, com objetivo de os mesmo, tratar de zelar, respeitar os interêssers da Colonia. são os primeiros dar má exemplo”.

A vida privada, tradicionalmente vista como um espaço rotineiro e sem importância histórica, esteve por muito tempo associada ao cotidiano doméstico e considerada sem influência nas mudanças sociais. No entanto, essa visão é limitada, pois o cotidiano também possui uma história e contribui para a compreensão da sociedade (DEL PRIORE, 1997, p. 378).

A carta de Francisco, por exemplo, permite alcançar experiências vividas no âmbito privado e é capaz de revelar a existência de relações afetivas e interações cotidianas que poderiam gerar conflitos e julgamentos morais entre os moradores, como é o caso do

“O Snr. Manoel Jacinto, é um senhor casado, que podia se dar apressa, e conhecer aposição dêle de casado. No entretanto, é todo metido a conquistador todo apaixonado, é uma liberdade que nem todo o Rapaz tem, assim como êle, aliás nem um Rapaz aqui tem aliberdade, que êle tem, confiado talvez na fardinha ou não sei em que êle está pensando do mundo que não diz?”.

Apesar do caráter segregacionista e das ações de tratamento das pessoas acometidas pela lepra, a colônia era um ambiente de sociabilidade multifacetada. A crítica feita ao comportamento de Manoel Jacinto, descrito como alguém que usufruía de uma “liberdade que nem todo rapaz tem”, confirma a existência de normas informais de conduta social, especialmente relacionadas à sexualidade e às relações amorosas. Assim, os indivíduos recriavam dinâmicas sociais semelhantes às da sociedade externa fazendo com que a colônia funcionasse como uma pequena comunidade, visto que os internos chegavam à colônia dotados de uma concepção de si mesmo que foi formulada no mundo externo (GOFFMAN, 1961).

Nota-se que os internos das colônias construía redes de sociabilidade, vínculos afetivos e estruturas comunitárias que permitiam reorganizar a vida cotidiana dentro das limitações impostas pelo isolamento compulsório (MACIEL, 2007). A carta de Francisco para a Madre demonstra que o cotidiano da colônia era permeado por interações sociais intensas, conflitos interpessoais e negociações de normas morais.

Outro elemento relevante presente na correspondência é a existência de mecanismos de vigilância moral entre os próprios moradores, como o caso de Francisco que afirma que, embora não tenha o hábito de denunciar ninguém, sente a necessidade de comunicar à administração aquilo que considera um “mau exemplo”, demonstrando

que a manutenção da ordem dentro da colônia não dependia exclusivamente da autoridade religiosa enquanto gestoras da colônia, mas também da participação dos próprios internos na fiscalização do comportamento dos sujeitos.

Como assinala Foucault (1987), os sistemas disciplinares modernos funcionam por meio da internalização da vigilância e da reprodução de mecanismos de controle entre os próprios indivíduos. Essa percepção é percebida por meio da carta de Francisco que denuncia o comportamento de Manoel Jacinto, ou seja, a missiva mostra que na colônia era exercido de forma difusa, combinando autoridade institucional e vigilância coletiva que busca a resolução do caso: “Aviso caso queira adotar as providencias, convem procurar identificar, o cazo, primeito om calma, peço não interpretar mal, por isso. quem escreve e não assina é ou covarde ou e medroso, por isso vou me assinar. F^{co} Martins Oliveira”.

O fato de Francisco mencionar que assina a carta para não ser considerado “covarde ou medroso” também propõe a existência de uma cultura de denúncias e conflitos internos, indicando que a vida cotidiana nesses espaços era marcada por tensões e disputas morais, os quais eram mediados pelas freiras que administravam a colônia.

Em diferentes lugares as instituições destinadas ao tratamento da hanseníase no Brasil contaram com a atuação de ordens religiosas, que desempenhavam funções administrativas, assistenciais e disciplinares. Nesse contexto, a figura da Madre Superiora representava não apenas uma autoridade administrativa, mas também uma referência moral para parte dos internos. A presença dessa autoridade religiosa reforça a dimensão moral presente na denúncia.

Observa-se que Francisco não se limita a relatar um comportamento considerado inadequado, mas também solicita que a superiora investigue o caso “com calma” e tome as providências necessárias, sugerindo que as religiosas não eram responsáveis apenas por regular os aparatos administrativos, mas também o comportamento social e moral dos indivíduos que viviam na colônia. A denúncia presente na carta de Francisco pode ser aqui interpretada como parte desse processo de organização social, no qual os próprios moradores buscavam estabelecer limites comportamentais e preservar uma ordem moral dentro da comunidade.

Entre a oração e o escândalo

As aventuras amorosas de Manoel Jacinto, aparecem em um total de 4 cartas enviadas à gestão da colônia e em todas as correspondências os remetentes pedem que as religiosas tomem alguma providencia a respeito de suas atitudes, que são consideradas escandalosas para os padrões da época.

Na carta escrita no dia 13 de agosto de 1959, que é dirigida à Irmã Hugolina³, na época Superiora da Colônia Antônio Diogo, a interna, que é autora da carta, se identifica apenas como

[...] uma irmã de São Francisco”, não dando qualquer sugestão sobre a sua identidade, “Exselentissima irmã gulina nosa superiôra venho com estas linhas a fim de li avizar e li pidi providencia sobre um cauzu que estar se passando aqui no pavilhão couza que nunca se viu aqui um verdelho iscandulo desta môça Maria Luiza com o Manel Jacinto.

É através dessa correspondência que podemos finalmente divisar o nome da amásia de Manoel Jacinto, pois em seu escrito a interna ousa não só denunciar o comportamento considerado inadequado de Jacinto, como também dá nome à pessoa com quem ele mantém conversas no quintal durante a noite.

O nome da moça que caiu na lábia de Jacinto é Maria Luiza. Ao descrever a relação entre ambos, a autora da carta revela não apenas a sua percepção moral da situação, mas também aspectos mais amplos das normas sociais que estruturavam as relações de gênero naquela época. O relacionamento extraconjugal, em um período marcado por regras sociais extremamente rígidas e tradicionais, precisava ser mantido sob forte sigilo visto que as mulheres que viviam na condição de amásia eram frequentemente marginalizadas socialmente.

Em um cenário que a reputação feminina estava profundamente associada à ideia de honra e respeitabilidade, sendo constantemente vigiada tanto pela família quanto pela comunidade, as mulheres que viviam na condição de amásia, isto é, companheiras informais de homens casados ou de parceiros com os quais não possuíam vínculo matrimonial reconhecido, frequentemente eram alvo de estigmatização social e de exclusão simbólica.

Como assinala a historiadora Mary Del Priore, a moral sexual dominante na sociedade brasileira durante grande parte do século XX estabelecia padrões distintos de comportamento para homens e mulheres. Naquela época era tolerado em certa medida

³ [INTERNA]. [Correspondência]. Destinatário: [Irmã Hugolina]. Laboratório Acervo Documental do Centro de Convivência Antônio Diogo. Estante 8: Caixa 31 - Ficha de Identificação nº1995.

a infidelidade masculina, no entanto no que se referia às mulheres a elas era atribuída a responsabilidade pela preservação da honra e da moralidade familiar (DEL PRIORE, 2011).

A intensidade da reprovação moral associada à relação de Manoel Jacinto e Maria Luiza na carta aqui analisada é revelada no uso da expressão “escândalo” usada para se referir ao episódio. Assim, a utilização desse termo indica que a autora da carta não percebe o encontro entre os dois apenas como um comportamento individual inadequado, mas como uma ruptura das normas coletivas que regulavam a convivência no interior da colônia.

A partir dessa correspondência, mais uma vez podemos entrever que a reação expressa na carta pode ser interpretada como parte de um sistema mais amplo de vigilância moral, no qual os próprios membros da comunidade participavam da regulação das condutas consideradas aceitáveis. Diante disso, percebemos que essas interações desenvolvidas no interior das colônias faziam com que as instituições se transformassem em comunidades relativamente autônomas, nas quais os internos precisavam reconstruir suas vidas sociais.

Durante esse processo, valores e normas provenientes da sociedade mais ampla continuavam a influenciar as formas de convivência dentro da instituição. Para Laurinda Rosa Maciel, as colônias não eram apenas espaços de tratamento médico, mas também ambientes de intensa vida social, onde os internos estabeleciam relações afetivas, formavam famílias e reproduziam práticas culturais e morais presentes na sociedade brasileira (MACIEL, 2007).

A presença dessas normas morais torna-se evidente na forma como a autora da carta interpreta o comportamento de Maria Luiza,

[...] não podemos mais nen rezar nosas orações despreocupada isto porque a bem de rezar i estar se pensando nela la pelo quintau conversando com o Manel Jacinto nus iscuro e nois como ja velhas achamos que êle divia respeita mais um pouco êle como auturidade não pode fazê asim. e mesmo aqui tambem mora môças e senhoras que rese respeito. pois graças a deus vivemos uma vida fora du mundo.

A interna sugere que a conduta da jovem poderia comprometer a reputação coletiva das mulheres que viviam no pavilhão, quando ressalta que outras “moças e senhoras” residem no mesmo espaço e que estas merecem respeito. Esse argumento

demonstra que a moralidade feminina era concebida como uma responsabilidade compartilhada entre as mulheres da colônia e não apenas como atributo individual.

Nessa perspectiva entendemos que as normas relacionadas à honra, ao pudor e ao autocontrole emocional são construídas historicamente e reforçadas por mecanismos de vigilância social que operam no cotidiano das comunidades (ELIAS, 1994). No caso analisado, a carta demonstra como esses mecanismos estavam presentes no interior da colônia, sendo mobilizados pelos próprios internos para regular as interações entre homens e mulheres.

A carta dessa interna, que se autodenomina “uma irmã de São Francisco”, para além de fazer uma denúncia acerca do comportamento de Jacinto e Luiza, permite observar aspectos fundamentais da vida social na colônia. Seu escrito apresenta em partes como um espaço institucional concebido originalmente para o isolamento sanitário tornou-se também um ambiente de convivência cotidiana, no qual os moradores estabeleceram relações afetivas, desenvolveram práticas religiosas compartilhadas e construíram normas próprias de comportamento.

Inicialmente criadas com o objetivo de separar os sujeitos acometidos pela lepra que representavam a certeza da morte da depuração da vida (GOMES, 2019) daqueles considerados sãos, as colônias passaram a funcionar como comunidades nas quais os internos precisavam reorganizar suas vidas em condições de confinamento. Em vista disso, práticas como conversas no quintal tal qual descrito na carta ou encontros entre homens e mulheres e a realização de orações coletivas tornavam-se elementos centrais da experiência social da colônia.

Por meio da carta constatamos que os encontros entre Manoel Jacinto e Maria Luiza ocorriam em um espaço específico da instituição, o quintal do pavilhão. Isso demonstra que determinados lugares funcionavam como pontos de sociabilidade e interação cotidiana, a exemplo dos encontros que aconteciam no escuro, sendo assim compreendemos que os internos tentavam manter certo grau de privacidade em um ambiente onde a vida coletiva era intensamente compartilhada, mesmo que essa busca por privacidade partisse de um comportamento que não era socialmente ou moralmente aceito.

Nota-se que mesmo em um contexto de vigilância constante, os moradores buscavam criar espaços de intimidade e relações afetivas. Em outras palavras, enquanto por um lado a carta revela a existência de interações afetivas entre os moradores, por outro demonstra que essas relações eram constantemente avaliadas pelos demais

membros da comunidade. Ao descrever o comportamento do casal como um “escândalo”, percebemos que determinados limites morais estavam sendo percebidos como transgredidos.

A partir da indignação expressa na carta pela “uma Irmã de São Francisco”, é possível compreender que a sociabilidade da colônia era atravessada por conflitos morais relacionados à sexualidade, ao respeito e à convivência coletiva. Essa perspectiva é expressada quando a interna argumenta que Manoel Jacinto deveria “respeitar mais um pouco”, especialmente por ocupar uma posição de autoridade dentro da instituição, ou seja, existia certas expectativas normativas associadas às hierarquias internas da colônia.

Como podemos perceber através da denúncia, a manutenção dessas normas não dependia exclusivamente da administração institucional. Ao escrever para a Madre Hugolina solicitando providências, a interna assume o papel de mediadora entre a comunidade e a autoridade religiosa, participando ativamente da regulação da vida coletiva.

Nessa situação, podemos compreender que o comportamento de Jacinto e Maria Luiza é visto pela interna como uma quebra de valores, senão da colônia, dela própria, uma vez que afirma que ela e as demais internas não conseguem rezar diante de tal distração causada pelo envolvimento de Jacinto e Maria Luiza, o que a motiva a denunciar o casal.

Ao relatar esse episódio, a interna expõe ao leitor a dimensão emocional de sua escrita, pois essa observação demonstra que o episódio não era percebido apenas como uma conduta individual inadequada, mas como algo capaz de afetar o equilíbrio moral e emocional do círculo da escrevente, que insinua ser católica ao empregar termos como “não podemos mais nen rezar nosas orações” e informa que já é, de acordo com suas palavras, “mais velha”.

Ao que tudo indica, a eutora da carta se sente ofendida e envergonhada pelo comportamento indecoroso do casal. Segundo Stuart Walton emoções como vergonha, que é a emoção predominante na carta aqui analisada, são fenômenos socialmente construídos que refletem os valores e as sensibilidades de determinada comunidade (WALTON, 2007). O “escândalo” mencionado na carta pode ser interpretado justamente como uma reação emocional que emerge quando normas sociais consideradas fundamentais são transgredidas.

Vergonha - [...] 1. A emoção dolorosa que surge de alguma coisa desonrosa, ridícula ou indecorosa no comportamento ou circunstâncias de uma pessoas (ou no de outros cuja honra ou desgraça a pessoa considere dela mesma), ou de estar numa situação que ofenda o senso de alguém (WALTON, 2007, p. 245).

Ao definir-se como “já velhas”, a autora da carta indica que a crítica ao comportamento do casal também envolve uma dimensão geracional, em que mulheres mais velhas se colocam como guardiãs de determinados valores morais. Assim, o conflito narrado na carta pode ser interpretado como parte de um confronto ideológico sobre os limites aceitáveis da sociabilidade dentro da colônia.

Importa destacar que um dos trechos mais interessantes da carta é a afirmação de que os moradores vivem “uma vida fora do mundo”. No contexto no qual a carta foi escrita, essa expressão se refere não apenas ao isolamento físico na colônia, mas também se refere a um ideal moral associado à vivência religiosa das internas, especialmente das pessoas mais velhas que procuravam seguir os preceitos católicos de recato e decoro.

Quando afirma que vivem “fora do mundo”, a interna sugere que aquele espaço deveria estar protegido dos comportamentos considerados escandalosos ou desonrosos. No que se refere à autora da carta e ao seu círculo mais próximo, na colônia deveria ser preservada uma rotina marcada pela oração, pelo respeito e pela disciplina moral. Assim, essa ideia de viver “fora do mundo” não indica a ausência de vida social, mas para a tentativa de preservar um ambiente moralmente regulado por valores religiosos compartilhados. Nesse sentido, o episódio narrado na carta demonstra como os próprios internos participavam da construção dessa ordem social, negociando constantemente os limites entre comportamento aceitável e transgressão.

Como mencionado acima, as cartas escritas por Francisco Martins de Oliveira e pela interna que se autodenomina apenas como “de uma irmã de são Francisco” não são os únicos relatos presentes na unidade documental acerca do comportamento de Manoel Jacinto. Apenas alguns dias depois da segunda correspondência aqui analisada ter sido enviada para a gestão da colônia, uma nova carta foi enviada para a Superiora, mais uma vez sem que o remetente se identificasse. Tudo o que sabemos é que a pessoa que escreveu a carta é um homem, pois ao final da missiva assina “Um vosço servo” e ele afirma que não vai se identificar por não querer intriga.

“Um elemento indigno”: conduta desviante no isolamento

A carta de 17 de agosto de 1959, dirigida à Madre Superiora⁴, oferece uma série de novas informações a respeito do romance proibido entre Manoel Jacinto e Maria Luiza e traz também informações acerca do trabalho de Jacinto na colônia.

Penso que a senhora ainda não sabe do que vem passando com esse guarda daqui que tem o nome de Manuel Jacinto. Pois na semana passada quando a senhora estava em Fortaleza ele foi pegado abraçado e beijando no escuro a Maria Luiza lá do pavilhão que moça e eu conheço a família dela e fico esperando da senhora qualquer providência no caso dado outro dia ter aido o comparismento de muita gente no 2º parlatório para tratar do caso com a Irmã Pasífica e nada ficou resolvido esperando a voça chegada. Portanto não quero mandar dizer nada para a família dela antes da senhora tomar as providencia. [...].

Nesta carta finalmente podemos confirmar a hipótese de que Jacinto era um guarda, pois nas cartas anteriores os emissores utilizaram termos como “confiado talvez na fardinha” e “ê ele como autoridade” para se referir à Manoel Jacinto, são termos que indicam que ele poderia ser ou da política ou um vigia; termos que levantam várias possibilidades a respeito do papel que Jacinto desempenhava na colônia. Segundo Maciel (2017, p. 42),

[...] era muito comum nos leprosários brasileiros os pacientes internados exercerem variadas funções administrativas. Alguns recebiam salários e essas atividades eram necessárias, pois normalmente eram instituições com grandes limites geográficos e o Estado não tinha pessoal suficiente para exercê-las.

Além de confirmar que Jacinto é um guarda, a carta expõe que seu romance com Maria Luiza havia se tornado de conhecimento público dentro da colônia após o flagrante de um beijo entre o casal. O interno que escreveu a carta afirma que o guarda foi “pegado abraçado e beijando no escuro” e relata que houve o “comparecimento de muita gente no segundo parlatório⁵ para tratar do caso com a Irmã Pacífica”. O fato de o flagrante do

⁴ INTERNO. [Correspondência]. Destinatário: Superiora. Laboratório Acervo Documental do Centro de Convivência Antônio Diogo. Estante 8: Caixa 31 - Ficha de Identificação nº2002.

⁵ O parlatório desempenhava um papel central na dinâmica social da Colônia Antônio Diogo, especialmente durante o período de isolamento compulsório ainda vigente na década de 1950. Esse espaço era destinado aos encontros entre os internos e seus familiares ou visitantes externos, funcionando como um local intermediário que permitia a comunicação sem romper completamente as regras sanitárias de segregação impostas pelo Estado. Geralmente separado por grades, vidros ou outras barreiras físicas, o parlatório materializava a própria lógica do isolamento: possibilitava o contato afetivo e a troca de notícias, mas sob vigilância institucional e com limites físicos bem definidos. Dessa forma, o ambiente se tornava um ponto simbólico de tensão entre separação e vínculo, revelando tanto o controle exercido pela instituição sobre os corpos e relações sociais dos pacientes quanto a importância da manutenção de laços familiares e emocionais para aqueles que viviam internados por longos períodos. No cotidiano da colônia, espaços como o parlatório integravam a organização interna dessas comunidades isoladas, contribuindo para a formação de redes de sociabilidade próprias dentro do sistema de segregação que caracterizou os leprosários brasileiros no século XX. COSTA, Stênio de Sales. *A hanseníase no Ceará: reconstrução de*

beijo entre Jacinto e Maria Luiza ter sido discutido no parlatório indica que existiam dispositivos formais para a mediação de conflitos, que nem sempre eram resolvidos sem a presença da Superiora, como demonstra essa carta.

Nessa ocasião, o parlatório, tradicionalmente utilizado como espaço de encontro com familiares, é convertido em um espaço de negociação social e moral. O comparecimento de várias pessoas ao local para discutir o episódio, demonstra que determinados acontecimentos podiam ultrapassar a esfera privada e assumir um caráter público dentro da colônia. Desse modo, a carta confirma a existência de uma rede de sociabilidade baseada na circulação de informações, rumores e comentários, que contribuíam para a construção de reputações individuais.

Como foi explicado anteriormente, essa dinâmica pode ser interpretada a partir das reflexões de Norbert Elias sobre as comunidades socialmente interdependentes pois para ele, em grupos relativamente fechados, como vilas ou instituições isoladas, a reputação e o comportamento individual tornam-se objeto constante de observação coletiva, pois a proximidade social intensifica os mecanismos de vigilância e julgamento moral (ELIAS; SCOTSON, 2000).

No que diz respeito ao caso de Manoel Jacinto, seu comportamento é descrito como algo extremamente grave, a ponto de mais de uma carta ter sido enviada por diferentes internos da colônia e por ter sido necessário recorrer à Superiora em busca de intervenção, isso porque envolve não apenas Maria Luiza, mas também outras mulheres da colônia.

O autor da carta afirma que o guarda “já é acostumado a conquistar mulher casada”, e menciona que ele manteria relação com “a mulher do Sanba” e que sua mulher já havia o deixado duas vezes por causa de seu comportamento. Essa acusação amplia a dimensão do problema, dado que transforma o caso de Jacinto com Maria Luiza e com outras internas em um exemplo de comportamento considerado moralmente reprovável e incompatível com a função de autoridade exercida por ele, uma vez que este seria um “[...] um elemento desse que vem fazendo essas coisas horríveis não é digno de trabalhar numa administração tão limpa como a da senhora”.

Embora naquela altura todos os internos da colônia estivessem a par dos acontecimentos envolvendo o guarda Manoel Jacinto e Maria Luiza, a família desta ainda não havia sido informada sobre nada. Na carta o remetente afirma que conhece a família

sociabilidades na Colônia de Antônio Diogo (1928–1940). Redenção: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 2014.

de Maria Luiza e ressalta que só vai informar a família da moça sobre seu relacionamento com Jacinto depois que a Madre resolver a situação. Naquele período era atribuída uma grande importância à reputação feminina e o fato de Maria Luiza ter se relacionado com Manoel Jacinto, um homem casado, poderia ter repercussões para além da colônia, afetando a honra e a imagem social da jovem.

Como citado anteriormente, no Brasil do século XX, a honra feminina estava profundamente ligada à moralidade sexual e ao controle do comportamento das mulheres. Geralmente a reputação de uma mulher poderia facilmente comprometida por causa de acusações contra a sua virtude, especialmente no que dizia respeito à sexualidade, ao recato e à fidelidade. Nesse contexto, qualquer desvio dos padrões considerados adequados pela sociedade podia resultar em danos duradouros à imagem da mulher. Na carta aqui analisada, os valores morais oriundos da sociedade continuavam a exercer influência dentro da colônia, ou seja, o confinamento físico não necessariamente implicava uma ruptura com os códigos sociais externos, mas sim sua reprodução e adaptação no interior da colônia.

Como podemos perceber por meio da leitura dessa carta, os moradores se engajavam ativamente na fiscalização do comportamento alheio, sobretudo do comportamento feminino que era vigiado não apenas por figuras de autoridade, mas pelos próprios internos que passaram a atuar como agentes de controle moral. Assim como os correspondentes anteriores, tal característica fica mítica quando o autor se apresenta como alguém preocupado com a moral e, principalmente, com a reputação da administração da colônia, afirmando que um “elemento desse” não seria digno de trabalhar em uma administração “tão limpa”. Tal observação implica que os internos não se percebiam apenas como sujeitos passivos dentro da instituição, mas também como participantes da construção da ordem moral que orientava a vida coletiva.

Essa forma de participação pode ser compreendida como um exemplo de vigilância em que os próprios membros da comunidade monitoram e julgam o comportamento uns dos outros. Para Michel Foucault (1987, p. 234), os sistemas disciplinares modernos funcionam justamente por meio da difusão do olhar vigilante, que passa a ser exercido não apenas pelas autoridades formais, mas também pelos próprios indivíduos que compõem a coletividade “a vigilância torna-se um operador económico decisivo, na medida em que é, simultaneamente, uma peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”

A escrita dessa carta funciona como um instrumento de intervenção moral, pois ao relatar sobre o romance de Jacinto e Maria Luiza e solicitar providências, o interno busca mobilizar a autoridade da Superiora para restaurar aquilo que considera ser a ordem moral adequada. Além disso, por meio dessa carta também podemos entender a dimensão emocional associada ao flagrante do beijo visto que o autor menciona a existência de “comentários horríveis” que estariam circulando na colônia, indicando que o comportamento de Manuel Jacinto provocou reações de indignação e escândalo entre os moradores. Nesse sentido, o sentimento de escândalo parece estar associado não apenas ao comportamento amoroso em si, mas também ao fato de que ele envolve um guarda, isto é, um indivíduo investido de autoridade institucional.

Assim, a indignação expressa na correspondência reflete um conflito entre expectativas morais e as práticas concretas de sociabilidade, além de exemplificar a complexidade da vida na Colônia Antônio Diogo. O relacionamento entre Manuel Jacinto e Maria Luiza pode ser interpretado como uma expressão de vínculos afetivos ou de desejo em um ambiente de confinamento; no entanto, sua exposição pública desencadeia reações que revelam os limites morais estabelecidos pela comunidade.

Intimidade vigiada

A quarta e última carta a respeito de Manoel Jacinto não aponta o desfecho de seu romance com Maria Luiza. No entanto, mostra que no ano seguinte ele está mais uma vez se relacionando e dessa vez com uma mulher casada. Na carta com o registro de 28 de outubro de 1960⁶, ao invés de recorrer aos “escuros” e arriscar ser descoberto, como no caso do beijo com Maria Luiza, Jacinto vai até a casa da mulher todas as vezes que seu marido sai de casa, dessa vez ele ocupa o papel de amante.

A correspondência dirigida a Sebastião Barboza, representa um desdobramento importante das tensões sociais envolvendo Manoel Jacinto, pois diferentemente das correspondências analisadas anteriormente, que foram endereçadas às religiosas da Colônia Antônio Diogo, esta carta é endereçada diretamente ao marido de uma mulher que estava envolvida com Jacinto

S. Sebastião Barboza ti escrevo este bilhete para li avizar uma couza que você talvez ja saba ou discunfie e sobre a sua mulher. para o seu bem não deche mais ela ficar sozinha em casa. quando você sai para as qermesas ela fica com o

⁶ M.O.G. [Correspondência]. Destinatário: Sebastião Barbosa. Laboratório Acervo Documental do Centro de Convivência Antônio Diogo. Estante 8: Caixa 31 - Ficha de Identificação nº1985.

Manoel Jacinto dentro de casa até perto de você chegar i isto ja fais muito tempo [...].

Essa mudança de destinatário é um deslocamento significativo para entender melhor como operavam as redes de vigilância entre os próprios moradores e as formas de gestão dos conflitos morais dentro da colônia.

O primeiro aspecto que chama atenção na carta é a forma como a autora se apresenta: “uma sua vizinha que lhe avisa”, esse tipo de identificação indica que a relação entre remetente e destinatário está inserida em um contexto de proximidade cotidiana, ou seja, a convivência favorecia a circulação de informações sobre a vida privada dos moradores.

A carta revela que o suposto relacionamento entre Manoel Jacinto e a esposa de Sebastião Barboza era bastante comentado visto que “todo povo da colônia já sabe disso”. Em outras palavras, a nova aventura de Jacinto havia ultrapassado o nível da suspeita individual e se transformado em conhecimento coletivo em virtude da circulação de rumores e comentários no interior da colônia que tinha o papel central na construção de reputações em seu interior, nas quais os próprios moradores participavam ativamente da produção e circulação de informações sobre a vida privada, “[...] Sei que você não é minino para não ja ter discunfiado porque todo povo da Colonia já sabe diso li aizo como amiga tenha coidado que você mesmo pega para não dizer é mintira é uma sua vizinha que lí aviza”.

Além da suspeita do relacionamento entre Manoel Jacinto e a esposa de Sebastião Barboza, o conteúdo da carta traz o conselho por parte da autora de que Barboza não deixasse mais a esposa sozinha em casa quando ele sai para as “quermesses”, pois Jacinto estaria frequentando a residência durante sua ausência. Tal conselho revela a importância atribuída à vigilância masculina sobre o comportamento feminino. Ao sugerir que o marido deveria controlar melhor a presença da esposa em casa, a remetente mobiliza um conjunto de valores associados à moralidade conjugal e à defesa da honra masculina.

Ao advertir Sebastião Barboza sobre o comportamento da esposa, a autora procura evitar que ele seja surpreendido ou ridicularizado publicamente. A recomendação de que ele “mesmo pegue” a situação para comprovar o ocorrido sugere que a confirmação da infidelidade seria necessária para restaurar sua autoridade e sua honra, que na sociedade brasileira do século XX, estava ligada à capacidade do homem de controlar a sexualidade de sua esposa e de preservar a respeitabilidade da família.

Desse modo, a suspeita de infidelidade feminina podia representar não apenas um problema conjugal, mas também uma ameaça à reputação social do marido.

É importante destacar que uma das partes mais curiosas, assim como na carta da interna que se autodenomina “de uma Irmã de São Francisco”, é o fato de a denúncia ser feita por uma mulher que se apresenta como “amiga” e vizinha de Barboza, ou seja, essa correspondência permite entrever que as mulheres também desempenhavam um papel ativo na vigilância das normas morais da comunidade. Ao alertar Sebastião Barboza sobre o comportamento da esposa, a remetente se posiciona como mediadora de um conflito conjugal e como defensora de determinados valores sociais (DEL PRIORE, 2011).

Desse modo, a carta demonstra que a gestão dos conflitos morais, relacionados à sexualidade e à fidelidade conjugal não eram tratados apenas como questões privadas, mas poderiam envolver a participação de diferentes membros da comunidade, que se sentiam autorizados a intervir ou aconselhar os envolvidos.

Tanto a linguagem utilizada na carta quanto o tom da autora sugerem a presença de emoções associadas à preocupação. Embora a interna afirme escrever “como amiga”, a sua escrita deixa transparecer a preocupação com as possíveis consequências do comportamento atribuído a Manoel Jacinto e à esposa de Sebastião Barboza. No caso aqui analisado, a carta pode ser interpretada como uma tentativa de antecipar um conflito potencialmente mais grave, pois ao alertar o marido antes que a situação se torne pública ou escandalosa, a autora procura evitar um episódio de maior exposição social.

Considerações finais

As cartas tratam sobre o comportamento de Manoel Jacinto, demonstram que relacionamentos amorosos proibidos podem, de certa forma, ser compreendidos como uma prática cotidiana para resistir ao isolamento (CERTEAU, 2013, p. 91). Em ambientes de forte vigilância como a colônia, os internos criaram maneiras de burlar controles, encontrar-se em locais menos visíveis ou estabelecer formas discretas de comunicação, mantendo vínculos afetivos apesar das normas que procuravam regulá-los.

Assim, esses relacionamentos não representam necessariamente uma ruptura aberta com a ordem institucional, mas sim formas de negociação com as regras, nas quais os sujeitos reinterpretem ou contornam os limites impostos. Em outras palavras, os namoros proibidos revelam como, mesmo em contextos de vigilância e controle, os

indivíduos constroem práticas cotidianas que lhes permitem preservar espaços de afeto, desejo e sociabilidade dentro de estruturas que procuram restringi-los.

Ademais, os moradores da colônia continuavam a desenvolver relações de sociabilidade em outros sentidos que não amorosos e, nesse contexto, práticas como frequentar quermesses, realizar orações coletivas, visitar vizinhos demonstram que a vida social na colônia possuía uma dinâmica própria.

Ao ler que Sebastião Barboza saía para as quermesses, testemunhamos a dimensão da experiência cotidiana, dado que as quermesses na Colônia Antônio Diogo funcionavam como momentos de sociabilidade, lazer e convivência dentro de um espaço marcado pelo isolamento, permitindo aos internos interações sociais mais amplas e práticas culturais de lazer que contrapunham às normas de disciplina e exclusão que caracterizavam a vida na colônia, representando, assim, instâncias de construção de vínculos, entretenimento e manutenção de relações afetivas em um contexto de segregação e controle social (COSTA, 2014).

As cartas aqui analisadas tornam notório que o cotidiano da Colônia Antônio Diogo era marcado por interações sociais e afetivas, conflitos internos e mecanismos de vigilância moral, mediados tanto pela autoridade institucional representada pelas religiosas, quanto pela ação dos próprios internos. Longe de se configurarem apenas como espaços de isolamento sanitário, as colônias funcionavam como comunidades socialmente estruturadas, nas quais se reproduziam normas, hierarquias e disputas.

Os episódios envolvendo Manoel Jacinto e seus interesses amorosos, mostra como um espaço institucional destinado ao isolamento de indivíduos considerados socialmente indesejáveis se transformava em um ambiente de sociabilidade complexa, no qual valores morais, emoções e relações de poder eram constantemente negociados. As correspondências demonstram que, mesmo em contexto de segregação, os internos reproduziam e reinterpretavam normas sociais do mundo exterior, construindo formas próprias de organização moral e de vigilância coletiva.

Essas correspondências demonstram que a “morte social” imposta aos internos não os impedia de exercer agência política e moral. Ao escreverem os internos reafirmavam sua existência enquanto cidadãos que tinham a capacidade de julgar, denunciar e organizar a vida coletiva. A prática epistolar operava então como uma rachadura no isolamento, permitindo que as vozes dos internos ecoassem suas demandas por ordem e respeito.

Referências

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. **"O dote é a moça educada"**: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. 2010. 320f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- ASSUNÇÃO, Victor Fialho de. **Leprosários no Ceará**: patrimônio difícil e ensino de história. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA - Universidade Regional do Cariri – URCA – Crato-CE, 2021.
- BENIAC, Françoise. O Medo da Lepra. In LE GOFF, Jacques. **As doenças têm História**. Lisboa: Terramar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CAVALIERE, Ivonete Alves Lima; COSTA, Suely Gomes. Isolamento social, sociabilidades e redes sociais de cuidado. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.21, p. 491-516, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COSTA, Dilma Avellar Cabral da. **Entre ideias e ações: lepra, medicina e políticas públicas de saúde no Brasil (1984-1934)**. F.Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2007.
- COSTA, Stênio de Sales. **A Hanseníase no Ceará**: Reconstrução de Sociabilidades na Colônia de Antônio Diogo (1928 - 1940). Redenção: Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, 2014.
- CUNHA, Vivian da Silva. **O isolamento Compulsório em questão**: Políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.
- CUSTÓDIO, Maria. O papel da Congregação das Capuchinhas na formação de classes médias e elites regionais. **Propo-sições**, Campinas, p. 169-203, Set/Dez, 2017.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARREL, Jeanette. **A Assustadora História das Pestes e Epidemias**. São Paulo: Ediouro, 2003.

FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. **“Lazaropolis”**: a lepra entre a piedade e o medo (Ceará, 1918-1935). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará (UFC). Ceará. 2011.

FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. **A miséria da piedade**: o governo da pobreza no dispositivo da caridade (Fortaleza, 1880-1930) . 2019. 257f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2019.

FONSECA, Cristina Maria Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-45)**: dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A escrita de si**. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRANCO, S. P.; SILVA, S. S. A. **Os depoimentos e o cotidiano da Colônia de Itanhenga no Espírito Santo**: apontamentos iniciais. In: MAGALHÃES, S. M.; SILVA, L. F.; MACIEL, R. M. T. (Org.). **História de doenças**: conhecimentos e práticas. São Paulo: Alameda, 2018. p. 315-339.

FRANCO, S. P.; SILVA, S. S. A. **Lepra: uma “breve” história da doença**. In: MONTEIRO, Y. N. **História da hanseníase no Brasil: silêncios e segregação**. São Paulo: LEER-USO; Fundação Paulista Contra a Hanseníase; Intermeios, 2019. p. 21-48.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **“Difícil é para a justiça humana processar e julgar quem já está condenado pela justiça divina”: Lepra e estigma**. In: **Saúde e sociedade no Brasil: uma perspectiva histórica** / organizadores: Carlos Miranda, Serioja Mariano. – Recife: Ed. UFPE, 2022.

FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres (orgs). **Uma história brasileira das doenças, volume 7**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2017.

GOFFMAN, Erving. (1975). **Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2003. (Coleção Debates).

GOMES, Elane Cristina Rodrigues. **A lepra e a letra: escrita e poder sobre a doença na cidade de Belém (1897-1924)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

JUSTA, Antônio. Notas sobre a profilaxia da Lepra. **Jornal O Nordeste**. Fortaleza, 28 de setembro de 1938, p. 2.

LIMA, N. T.; FONSECA, C. M. O.; HOCHMAN, G. **A saúde na construção do Estado nacional do Brasil: Reforma sanitária em perspectiva histórica**. In: LIMA, N. T. et al. (Org.). Saúde e democracia: histórias e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 27-58.

LIMA, Zilda Maria Menezes. **“O grande Polvo de Mil Tentáculos”: a lepra em Fortaleza (1920-1942)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Zilda Maria Menezes. **Ações de combate à lepra no Estado Novo: o caso de Fortaleza**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

LIMA, Zilda Maria Menezes. **O grande polvo de mil tentáculos: a lepra em Fortaleza (1920-1942)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Zilda Maria Menezes. **Rebelião no Leprosário Antônio Diogo: Redenção/CE (1936)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII, 2013, Natal - RN. Anais.

MACIEL, Laurinda Rosa. **Em proveito dos sãos perde o lázaro a liberdade: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2007.

MARTINS, Hévila de Lima. **Lazaretos da Jacarecanga e da Lagoa Funda: varíola, poder e assistência na cidade de fortaleza (1820 - 1880)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará (UFC). Ceará. 2013.

MATTOS, Débora Michels; FORNAZARI, Sandro Kobol. **A lepra no Brasil: representações e práticas de poder**. In: Cadernos de Ética e Filosofia Política 6, 1/2005, p.44-57.

MONTEIRO, Yara Nogueira. **Da maldição divina à exclusão social: a hanseníase em São Paulo**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 1995.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As pestes do século XX: tuberculose e hanseníase no Brasil, uma história social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

OLIVEIRA, Carolina Pinheiro Mendes Cahu de. **De lepra à hanseníase: mais que um nome, novos discursos sobre a doença e o doente. 1950-1970**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESSOTTI, Isaias. **O século dos manicômios**. São Paulo: Editora 34, 1996.

PINHEIRO, Francisca Gabriela Bandeira. **“Não esperemos só pela ação do governo, a calamidade é pública”**: a atuação do jornal O Nordeste no combate à lepra em Fortaleza (1922-1930) Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de História, 2013.

PINHEIRO, Francisca Gabriela Bandeira. **“Para o bem estar, saúde e segurança do povo”: as ações do jornal o nordeste na batalha contra a lepra no Ceará (1922-1928)**, História e Cultura, Fortaleza, v.2, n.4, p.34-60, jul. - dez. 2014.

PINHEIRO, Francisca Gabriela Bandeira. **A lepra na perspectiva médica: Antônio Justa e o saber médico sobre a lepra no Ceará (1930)**. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 102–118, 2016.

PINHEIRO, Francisca Gabriela Bandeira. **Médicos, políticos e católicos: tensões e disputas em torno do combate à lepra no Ceará (1918-1951)** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.

PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O Historiador e suas fontes**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

PORTO, Carla Lisboa. Cassino Aimorés: espaço de sociabilidade e de disputas pela memória. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v.14, p. 190-205, 2018.

PUNTEL, Maria Angélica; QUEIROZ, Marcos de Sousa. **A endemia hansênica: perspectiva multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

RIBEIRO, Fabrício Américo. **Políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção-Ceará-Brasil** / Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, Fortaleza, 2012.

RISI JUNIOR, João Baptista Risi; NOGUEIRA, Roberto Passos. As condições de saúde no Brasil. In: Fiekelman J. **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p. 117-234.

ROUSSO, Henry. **O Arquivo ou o Indício de uma Falta**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.17,1996.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas Trincheiras da Cura**. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

SANGLARD, Gisele. **Filantropia e assistencialismo no Brasil**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Dez 2003, vol.10, no.3, p.1095-1098. ISSN 0104-5970

SANGLARD, Gisele. **Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936)**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Jul 2010, vol.17, suppl.1, p.127-147. ISSN 0104-5970

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, p. 253-274, 2011.

SILVA, Luiz Jacintho da. **O controle das endemias no Brasil e sua história**. *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 44-7, jan./mar. 2003.)

SCHMIDT, Benito Bisso. **Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética**. *História (São Paulo)* v. 33, n. 1, jan/jun. 2014, pp. 38-39.

SOUZA, Letícia Pumar Alves de. **Sentidos de um “País Tropical”**: a lepra e a chaulmoogra brasileira. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

TEIXEIRA, Aline Moreira. **Um olhar sobre a cidade de Redenção**: da história dos engenhos à invisibilidade da presença negra. Trabalho de conclusão de curso. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Ceará. 2016.

VASCONCELOS, Maria do Socorro Mendes de. **Memórias, educação e resistência das pessoas atingidas pela hanseníase no Ceará 1928 - 2018**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, 2019.

VIANNA, Carlos; VIANNA, Carolina; COELHO, Glória Vianna; VIANNA, Norma. Uma história para ser contada: biografia de Carlos Vianna. Salvador, 2013.

WALTON, Stuart. **Uma história das emoções**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

Danielly dos Santos Furtado

Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) na Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.
